

mercado

O 'V' imperfeito do PIB

Para recuperar o nível pré-pandemia, será preciso errar para mais em medidas de reconstrução

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Saiu a primeira estimativa oficial do PIB no terceiro trimestre de 2020. Digo estimativa, pois o número provavelmente será revisado, como tem sido praxe nos últimos anos.

Para dar um exemplo, o IBGE inicialmente estimou que o PIB tivesse crescido 1,1% em 2018. Passados dois anos e com informações mais detalhadas, o IBGE revisou o crescimento de 2018 para 1,8%, o que gerou autocongratulação por parte de alguns ex-membros do governo Temer, esquecendo que eles mesmos haviam prometido expansão

de 3% ou mais para aquele ano... mas estou divagando.

A primeira estimativa do IBGE para o PIB é geralmente conservadora. O número definitivo só sai depois de dois anos, ou seja, conheceremos melhor o PIB de 2020 no fim de 2022. Isso também acontece em outros países, mas um pouco de apoio (orçamento) ao IBGE diminuiria o tempo de revisão... estou novamente divagando. Aos números!

Há duas maneiras de ler o PIB. A primeira é calcular o crescimento em relação ao

período imediatamente anterior. Como a atividade econômica tem flutuações periódicas (devido ao clima, número de feriados e outros fatores), é preciso fazer ajuste sazonal nesse tipo de cálculo.

No terceiro trimestre de 2020, o PIB com ajuste sazonal teve crescimento de 7,7% em relação ao período anterior. A recuperação parece forte, mas, dado que houve queda de 9,6% do mesmo indicador no segundo trimestre, a recuperação foi incompleta, um 'V' imperfeito, como vem acontecendo

em vários países do mundo.

A outra forma de ler o resultado é comparar PIB do terceiro trimestre de 2020 com o terceiro trimestre de 2019. Nesse caso houve queda, de 3,9%, a terceira redução consecutiva por esse critério, pois a economia brasileira já estava fraca antes da pandemia, e a Covid-19 derrubou o nível de atividade a partir de março.

Seja qual for a métrica escolhida, o choque da pandemia só não foi maior porque o governo, empurrado pelo Congresso, adotou medidas forte-

mente expansionistas contra a crise. A principal foi o auxílio emergencial, com previsão de injeção de R\$ 374 bilhões na renda das famílias ao longo deste ano. Em segundo lugar veio a ajuda temporária a estados e municípios, que deve atingir R\$ 79 bilhões em 2020.

Diante de tamanho estímulo fiscal, alguns especialistas em prever o passado já decretaram que o Brasil gastou demais contra a Covid-19. Trata-se daquele tipo de pessoa que, da segurança de seu escritório na Faria Lima, pontifica o que fazer com a renda dos mais pobres, mas pouco fala da renda dos mais ricos.

O estímulo fiscal foi excessivo? Talvez sim, mas, durante o auge da crise, vários economistas (de Prêmios Nobel ao FMI, incluindo a heterodoxia nacional) recomendaram arriscar errar para mais em vez de para menos.

Por que seria menos grave errar para mais? Porque isso salvaria mais vidas e empregos e, passada a tempestade, seria menos difícil corrigir um excesso do que uma insuficiência de estímulo fiscal.

Agora a discussão passa para 2021 e, mesmo com expectativa de crescimento de 3,5% no próximo ano (média das expectativas mais recentes do mercado), não voltaremos rapidamente ao nível de renda pré-pandemia.

Com base nos resultados do terceiro trimestre, espera-se queda de 4,5% do PIB em 2020, e, portanto, será necessário crescimento de 4,7% em 2021 para voltarmos ao nível de renda de 2019. É possível? Sim, mas isso requer mudança de estratégia fiscal, novamente arriscando errar para mais em medidas de reconstrução econômica, como se discute no resto do mundo e até no FMI, mas ainda não em Brasília.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Após redução do auxílio, fila do Bolsa Família volta ter 1 milhão

Lista de espera para entrar no programa retorna ao patamar do fim de 2019

Thiago Resende

BRASÍLIA Com a redução do auxílio emergencial, a fila de espera para entrar no Bolsa Família subiu. No fim de setembro, ela alcançou o patamar de 1 milhão de cadastros. A lista, portanto, voltou ao que foi registrado no fim do ano passado, quando, após sucessivos cortes da cobertura e o congelamento do ingresso ao programa, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) deixou 1 milhão de famílias à espera de assistência social.

O Ministério da Cidadania havia suspenso a análise dos requerimentos para acesso ao Bolsa Família durante o pagamento do auxílio emergencial no valor de R\$ 600 por pessoa. O motivo é que a distribuição do benefício emergencial atendeu a mais pessoas que o programa social.

No fim de setembro, o governo passou a cortar o auxílio para o valor de R\$ 300. O ministério voltou a avaliar cadastros no Bolsa Família.

Segundo dados obtidos pela Folha, chegou a 999.673 o número de famílias que preencheram os requisitos, mas ainda aguardam para entrar no programa.

A tendência, porém, é a fila subir ainda com o fim do auxílio, previsto para janeiro. A avaliação é de técnicos do governo.

A crise econômica provocada pelo novo coronavírus e a possibilidade de uma segunda onda na pandemia, segundo eles, devem aumentar a pobreza no país.

O orçamento do Bolsa Família foi reforçado para o próximo ano. Os recursos passaram de R\$ 32,5 bilhões em 2020 para R\$ 34,9 bilhões. Mesmo com o aumento, o programa deve começar 2021 já pressionado.

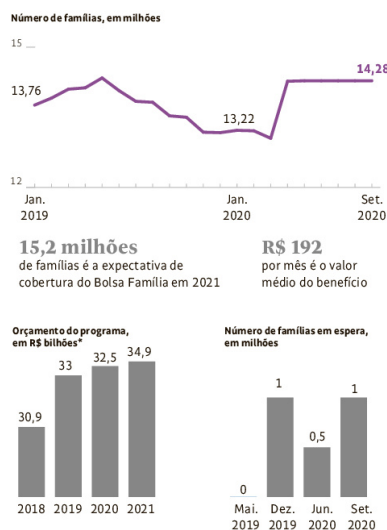
Hoje, são atendidas 14,28 milhões de famílias. A verba prevista para o próximo ano é suficiente para transferir renda para 15,2 milhões de famílias.

Com isso, a fila de 1 milhão de lares, registrada no fim de setembro, já ocupa o espaço a ser aberto pela ampliação do orçamento no próximo ano. Os cadastros aprovados após setembro, então, impactam o Bolsa Família.

Procurado, o Ministério da Cidadania não se manifestou sobre os questionamentos da reportagem.

O programa atende famílias com filhos de 0 a 17 anos e que

Cobertura do Bolsa Família



*corrigido pela inflação
Fonte: Ministério da Cidadania e Ministério da Economia

vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 8 mensais, e pobreza, com renda de R\$ 89,01 a R\$ 178. O benefício médio foi de R\$ 191,86 até março.

A partir de abril, quando foi criado o auxílio emergencial, o valor recebido pelas famílias passou a ser o mais favorável a elas — benefício do Bolsa Família ou o do auxílio.

De junho a agosto, o governo decidiu não selecionar pedidos de ingresso ao Bolsa Família, segundo resposta encaminhada pelo Ministério da Cidadania ao deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

O governo tem argumentado que todas as pessoas que estão na fila de espera recebem o auxílio emergencial.

No entanto, dados obtidos pela Folha, em junho, revelam que, na fila de 522,6 mil famílias registrada no mês, 49 mil não estavam cadastradas para receber o auxílio. Portanto, apesar de estarem em situação de pobreza ou extrema pobreza, não recebiam, na época, nenhum benefício.

O Bolsa Família é o chefe dos programas sociais

para uma reformulação do Bolsa Família, que estenderia o programa e, até mesmo, trocaria o nome.

O plano, contudo, esbarrou na dificuldade de construir um consenso para cortar despesas no Orçamento de 2021 e, assim, encontrar dinheiro para bancar um programa social criado por Bolsonaro.

Técnicos do Ministério da Economia chegaram a prever que, em setembro, o novo programa já estaria rodando. Esse é o jargão para dizer que a iniciativa já estaria em vigor.

Dessa forma, mais pessoas estariam sendo atendidas pelo Bolsa Família turbinado. O auxílio emergencial não precisaria ser prorrogado.

Sem avanço, o governo e o Congresso admitem que 2021 irá começar sem mudanças — retomando o funcionamento do Bolsa Família, sem recursos do auxílio emergencial.

Top 1.000 de qualidade de vida tem só 4 cidades do Norte e do Nordeste

RIO DE JANEIRO Um estudo da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) criou um novo indicador de desigualdade no Brasil, o Índice Brasileiro de Privação (IBP), que será lançado pelo instituto na semana que vem. Com ele, foi possível elaborar uma espécie de ranking de qualidade de vida das cidades do país e constatar mais uma vez o abismo existente entre as regiões.

Com dados do Censo mais recente, realizado em 2010 pelo IBGE, a Fiocruz agregou três áreas para a elaboração do ranking: educação, renda e condições de moradia da população, como saneamento. E, entre as 1.000 melhores cidades brasileiras em IBP, apenas 4 são do eixo Norte-Nordeste.

A cidade de São Vendelino (RS) foi eleita a primeira colocada. O top 10 tem mais sete cidades da região Sul. Westfália-RS é a vice-líder, Balneário Camboriú (SC) fica em quarto, e do 6º ao 10º lugar estão Dois Irmãos (RS), Tupandi (RS), São José do Hortêncio (RS), Pomerode (RS) e Blumenau (RS).

O IBP funciona como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU, mas focado em analisar a desigualdade em pequenas áreas.

Diego Garcia

Câmara aprova MP que cria o programa Casa Verde e Amarela

Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara aprovou MP (medida provisória) que cria o programa Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida, iniciativa na área habitacional lançada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O texto foi aprovado por 367 votos a favor e 7 contrários. Agora a MP segue para votação no Senado.

Com o Casa Verde e Amarela, o governo pretende retomar obras paradas das administrações anteriores e regularizar imóveis de famílias de baixa renda, além de aumentar a oferta e reduzir juros para financiamento imobiliário.

O objetivo do programa é reduzir o déficit habitacional no país, hoje estimado em 6 milhões de moradias, permitindo também investimentos privados e de fundos externos. A meta é atender quase 2 milhões de famílias até 2024, com foco no Norte e no Nordeste.

A ideia é que nas duas regiões seja oferecida uma taxa de juros a partir de 4,25%. É um percentual a partir de 4,5% para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Ao lançar o Casa Verde e Amarela, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) afirmou que o programa busca tratar de forma diferente regiões mais carentes e com índices de desenvolvimento humano mais baixos.

Na ocasião, ele também

indicou que, no momento, o programa não deve contemplar novas famílias na faixa com maiores subsídios, que hoje beneficia pessoas com renda de até R\$ 1.800. Os contratos já assinados no Minha Casa Minha Vida, porém, serão concluídos, diz o governo.

O sistema de faixas do Minha Casa Minha Vida foi alterado no Casa Verde e Amarela. O programa anterior tinha as faixas 1 (para famílias com renda de até R\$ 1.800), 1,5 (renda entre R\$ 1.800 e 2.600), 2 (entre R\$ 2.600 e R\$ 4.000) e 3 (entre R\$ 4.000 e 7.000).

Agora, serão três grupos. O primeiro, com renda de até R\$ 2.000, poderá acessar benefícios como receber imóvel subsidiado, acessar financiamento com juros reduzidos, fazer regularização fundiária e reformas no imóvel.

Os grupos 2 (R\$ 2.000 a R\$ 4.000) e 3 (R\$ 4.000 a R\$ 7.000) terão acesso a financiamentos com taxas de juros um pouco mais altas do que o primeiro patamar, além da regularização fundiária. Os detalhes serão definidos em regulamentação posterior.

O novo programa tem como meta regularizar 2 milhões de moradias até 2024.

De acordo com o texto aprovado pela Câmara, o governo pode alterar por decreto o valor máximo do imóvel financiado e as faixas de renda das famílias beneficiadas no Casa Verde e Amarela.

Itaú articula setor financeiro por doações para a Amazônia

BRASÍLIA O Itaú anunciou nesta quinta (3) que mobiliza representantes do mercado financeiro no Brasil e no exterior, bem como personalidades e especialistas em ambiente, para arrecadar recursos que serão destinados ao desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia.

O movimento tem como ponto alto o evento batizado de Conferência Amazônia, que ocorre de 7 a 9 deste mês, para discutir temas ambientais com o setor empresarial. Os bancos Santander e Bradesco também participarão da conferência.

O anúncio é feito na mesma semana em que o desmatamento na região avançou 9,5% em um ano, de acordo com dados do Inpe

(Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O banco já anunciou que ele mesmo vai destinar R\$ 54 milhões para a região.

Segundo Luciana Nicola, superintendente de sustentabilidade do Itaú Unibanco, os recursos arrecadados atenderão aos projetos Rede de Sementes do Xingu e o Instituto Socioambiental. A ação tem como meta beneficiar indígenas, agricultores familiares, moradores urbanos, ribeirinhos e produtores rurais locais.

"A questão da preservação e da restauração [na Amazônia] tem que estar associada ao social, à geração de renda. As instituições serão remuneradas", afirma Sheyla Santos